Carolina Isaura Alves

QUESTIONÁRIO DA COPARENTALIDADE – VERSÃO PARA FILHOS (QC-VF): RESULTADOS PRELIMINARES DO DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO

INSTITUTO SUPERIOR MIGUEL TORGA

ESCOLA SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica

Área de Especialização em Terapias Familiares e Sistémicas

COIMBRA, 2024

Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF):

Resultados preliminares do desenvolvimento e validação

Coparenting Questionnaire – Children's Version (QC-VF):

Preliminary development and validation results

CAROLINA ISAURA ALVES

Dissertação apresentada ao ISMT para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica

Ramo de Especialização de Terapias Familiares e Sistémicas

Orientadora: Professora Doutora Joana Sequeira

Membros do Júri

Presidente: Professora Doutora Gabriela Fonseca

Arguente: Professora Doutora Laura Lemos

Coimbra, outubro de 2024

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar o meu profundo agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Joana Sequeira, por toda a sua ajuda, disponibilidade e paciência. Quero também agradecer à Professora Doutora Gabriela Fonseca, pelo seu apoio fundamental durante todo este processo.

Aos meus pais e irmão, obrigada por acreditarem em mim desde o primeiro dia. Foi graças a vocês e ao vosso esforço que estes 5 anos foram possíveis. Por isso e por muito mais, obrigada!

Ao Alexandre, que está sempre na primeira fila, a festejar comigo todas as conquistas e a acreditar que nunca vão haver derrotas. Obrigada por me lembrares do meu potencial sempre que me esqueço. O teu apoio será sempre fundamental!

A toda a minha família, agradeço o voto de confiança que sempre manifestaram nas minhas capacidades.

Aos meus amigos desde o início, Mariana, Miguel e Guilherme. Sem vocês, este percurso teria sido mais difícil e, certamente, mais aborrecido.

Às que fizeram de Coimbra casa, Rita e Teresa. Foram tantos jantares de fofocas, tardes de cantorias, longas madrugadas e aventuras inesperadas. Obrigada!

À Catarina e à Matilde, por serem o meu porto de abrigo e me renovarem as energias com uma simples palavra amiga. De certa forma, também contribuíram para esta conquista.

Ao meu psicólogo, que foi uma peça fundamental e que me ajudou a manter sempre o foco até ao fim deste percurso.

A todos os participantes que contribuíram para a realização deste estudo, bem como às autoras das escalas originais, obrigada pela vossa disponibilidade e colaboração.

Por fim, quero dedicar este trabalho ao Salvador. Abdicar de tempo contigo nunca foi uma decisão fácil, mas muitas vezes necessária ao longo destes 5 anos. Agora que este capítulo chegou ao fim, mal posso esperar por te compensar com tudo o que um dia nos faltou: tempo!

Resumo

Introdução: A coparentalidade é a relação estabelecida entre figuras parentais em se negoceiam papéis, responsabilidades e tarefas relacionadas com a criança. A coparentalidade é composta pela cooperação, conflito e triangulação. O exercício da coparentalidade pode variar consoante vários fatores contextuais e eventos de vida, como a ocorrência de divórcio e outros fatores sociodemográficos. Existem vários instrumentos que avaliam a perceção de coparentalidade para pais, mas nenhum para os filhos.

Objetivos: Desenvolver e validar o Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF) e analisar as perceções de coparentalidade dos filhos, em função de variáveis sociodemográficas individuais e familiares.

Metodologia: Participaram neste estudo 187 filhos de nacionalidade Portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Os instrumentos aplicados foram o questionário dos dados sociodemográficos e familiares, o Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF) e o EMBU – Memórias de Infância.

Resultados: A análise fatorial exploratória resultou na extração de 2 fatores – Fator 1 (Conflito e Triangulação) e Fator 2 (Cooperação) –, com cargas fatoriais entre 0,413 e 0,889. A medida apresentou uma boa consistência interna (α=0,90), estabilidade temporal e validade convergente com o EMBU – Memórias de Infância. Observou-se que filhos de pais casados percecionaram níveis mais elevados de cooperação e filhos de pais divorciados maior conflito e triangulação. Verificou-se maior perceção de cooperação nos filhos que vivem em famílias nucleares intactas e maior perceção de conflito e triangulação nos filhos que vivem em famílias reconstituídas. As mulheres percecionaram mais conflito e triangulação do que os homens. A cooperação relacionou-se positivamente com a perceção de suporte emocional (EMBU – Memórias de Infância), e o conflito e triangulação relacionaram-se com a rejeição (EMBU – Memórias de Infância).

Conclusão: A análise fatorial exploratória da escala – originalmente composta por três dimensões – apresenta duas dimensões: 1. Cooperação e 2. Conflito e Triangulação, o que sugere que os filhos entendem a coparentalidade a partir de uma dimensão positiva e outra negativa, não sendo evidente a distinção entre conflito e triangulação.

Palavras-chave: Coparentalidade; Cooperação; Conflito; Triangulação; Escalas de Coparentalidade.

Abstract

Introduction: Coparenting is the relationship established between parental figures in wich roles, responsibilities and tasks related to the child are negotiated. Coparenting includes cooperation, conflict and triangulation. The exercise of coparenting may vary according to several contextual and live events, such as the occurrence of divorce occurs and other sociodemographic factors. There are several instruments that assess the perception of coparenting for parents, but none for children.

Objectives: Coparenting Questionnaire – Children's Version (QC-VF) development and validation and analyse children's perceptions of coparenting, depending on individual and family sociodemographic variables.

Methodology: 187 children of Portuguese nationality, aged between 18 and 30, participated in this study. The instruments applied were the sociodemographic and family data questionnaire, the Coparenting Questionnaire – Children's Version (QC-VF) and the EMBU – Childhood Memories.

Results: The exploratory factor analysis resulted in the extraction of 2 factors – Factor 1 (Conflict and Triangulation) and Factor 2 (Cooperation) –, with factor loadings between 0.413 and 0.889. The measure showed good internal consistency (α=0.90), temporal stability and convergent validity with the EMBU – Childhood Memories. It was observed that children of married parents perceived higher levels of cooperation and children of divorced parents greater conflict and triangulation. There was a greater perception of cooperation in children living in intact nuclear families and a greater perception of conflict and triangulation in children living in reconstituted families. Women perceived more conflict and triangulation than men. Cooperation was positively related to the perception of emotional support (EMBU – Childhood Memories), and conflict and triangulation were related to rejection (EMBU – Childhood Memories).

Conclusion: The exploratory factor analysis of the scale – originally composed by three dimensions – presents two dimensions: 1. Cooperation and 2. Conflict and Triangulation, which suggests that children understand coparenting from a positive and a negative dimension, with the distinction between conflict and triangulation not being evident.

Keywords: Coparenting; Cooperation; Conflict; Triangulation; Coparenting Scales.

Índice

Introdução 1

Metodologia 11

Objetivos do Estudo 11

Participantes 11

Procedimentos 15

Instrumentos 16

Análise Estatística 18

Resultados 19

Análise dos Itens do QC-VF 19

Análise Fatorial 20

Fidelidade 24

Validade Convergente 24

Análise da Perceção de Coparentalidade 25

Discussão 29

Conclusão 35

Referências Bibliográficas 37

Apêndice A 46

Apêndices B 47

Apêndices C 48

Introdução

O conceito de coparentalidade surgiu na década de 70 (Ahrons, 1981) com os estudos das relações em famílias que passaram por situações de divórcio (Blandon et al,, 2014; Riina & McHale, 2012; Souza et al., 2016), para descrever a relação entre a qualidade das interações da díade parental e o desenvolvimento da criança (Souza et al., 2016). Contudo, o conceito só se tornou mais popular na década 90, quando começou a ser discutido na literatura face à necessidade de compreender a relação de parentalidade estabelecida entre os pais.

A coparentalidade constitui a relação estabelecida entre duas pessoas, com o objetivo de se negociarem papéis, responsabilidades e contribuições relacionadas com a criança (Margolin et al., 2001). Van Egeren & Hawkins (2004) sugerem que esta relação é estabelecida quando se espera que dois indivíduos assumam a responsabilidade conjunta do bem-estar de uma criança em particular. Feinberg (2012) acrescenta ainda que a relação coparental não inclui os aspetos românticos, sexuais, compassivos, emocionais, financeiros e legais característicos de uma relação adulta que não envolvam a educação de uma criança, sendo a essência da coparentalidade o apoio mútuo e o compromisso em educar a criança (McHale, 1995) – aliança coparental (Silva, 2013).

Assim, a coparentalidade engloba casais e ex-casais, independentemente das suas orientações sexuais e do vínculo biológico com a criança, podendo a equipa coparental ser formada pelos pais da criança ou por pais ou mães solteiros/as e outro familiar (por exemplo, a mãe e a avó da criança) (Grzybowski & Wagner, 2010; Van Egeren & Hawkins, 2004). Deste modo, o subsistema coparental é universal a todas as configurações familiares (Figueiredo & Lamela, 2014; McHale, 2007; McHale & Irace, 2011; Van Egeren & Hawkins, 2004), uma vez que até pais ausentes podem integrar a equipa coparental (Van Egeren & Hawkins, 2004). Apesar de não estarem presentes, estes têm a possibilidade de passarem a estar envolvidos em algum ponto, pelo que estão representados no pensamento do outro progenitor e da criança, formando um modelo válido de coparentalidade – ainda que este possa tornar-se problemático mais tarde para a criança ao longo da sua vida (Van Egeren & Hawkins, 2004). Trata-se de um processo diádico e bidirecional, que requer a existência de uma criança e de duas pessoas que formem a equipa coparental (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Quando a díade parental vive no mesmo agregado familiar, existem mais áreas em que se pode praticar uma coparentalidade mais efetiva, nomeadamente na ajuda mútua das responsabilidades parentais, no apoio da autoridade do outro perante a criança e na transmissão de um ambiente de respeito e carinho mútuo, o que poderá não acontecer quando os pais vivem separados (Margolin et al., 2001).

Apesar da coparentalidade explicar a relação entre conjugalidade e parentalidade (Margolin et al., 2001; Mosmann et al., 2018) e estar interligada com estes subsistemas (Lamela et al., 2010b; Mosmann et al., 2018), esta trata-se de um subsistema autónomo, dispondo de mecanismos e características próprias para satisfazer as necessidades desenvolvimentais das crianças (Feinberg, 2003; Figueiredo & Lamela, 2014) e assumindo um papel fundamental nos processos familiares (Souza et al., 2016; Van Egeren e Hawkins, 2004). A diferença entre relação coparental e relação conjugal está no facto de a coparentalidade ser motivada pelo bem-estar da criança, enquanto a relação conjugal tem por base o bem-estar dos parceiros (Margolin et al., 2001). Já a parentalidade trata-se do conjunto de comportamentos, emoções e cognições que cada pai dirige à criança para lhe proporcionar um contexto adequado ao seu bem-estar e desenvolvimento físico, psicológico e sociocultural (Figueiredo, 2005; Figueiredo & Lamela, 2014), de modo a garantir os seus cuidados básicos, sociais e materiais (Bornstein, 1995; Figueiredo & Lamela, 2014).

A coparentalidade também difere das práticas parentais na medida em que as últimas se referem a um conjunto de estratégias utilizadas pela mãe e pelo pai, tendo em consideração a educação e socialização da criança (Figueiredo & Lamela, 2014). O ambiente emocional em que as práticas parentais são expressas é moldado pelos estilos parentais - dimensão estável que engloba o ambiente físico e emocional em que são prestados os cuidados básicos e de socialização à criança -, influenciando as interações diádicas pai-criança e mãe-criança e, consequentemente, as tarefas diárias e o funcionamento psicológico da criança (Figueiredo & Lamela, 2014). Assim, os autores consideram que o desenvolvimento da criança é influenciado pelas práticas e pelos estilos parentais.

Alguns autores (Feinberg, 2003; Van Egeren & Hawkins, 2004) defendem que a coparentalidade se inicia antes do nascimento do primeiro filho, quando os futuros pais desenvolvem uma representação mental deles próprios como pais e da equipa coparental.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Geralmente, a existência de um subsistema coparental funcional evita o surgimento de disfunções, como a coligação e a triangulação (Figueiredo & Lamela, 2014), promovendo a existência de aliança coparental (Silva, 2013).

Margolin et al. (2001) defendem que existem três dimensões gerais da coparentalidade: o Conflito, a Cooperação e a Triangulação.

O conflito, a primeira dimensão refere-se ao nível de conflito existente entre os pais devido a questões parentais, mais especificamente o quanto os pais discutem ou não concordam com assuntos relacionados com a criança, o nível de hostilidade nos assuntos relativos à educação da criança, o quanto cada pai enfraquece a parentalidade do outro e o quanto eles discordam acerca de assuntos gerais e regras da casa (Margolin et al., 2001).

A presença de conflitos na relação coparental é vista como um fator de risco para a criança, não abrangendo apenas assuntos relativos a esta ou assuntos conjugais observados por esta (Margolin et al., 2001). Também se verificam conflitos coparentais quando os pais falam negativamente acerca do outro com a criança ou quando tentam sabotar o outro, estando este presente ou não (Margolin et al., 2001).

Deste modo, a literatura distingue dois tipos de conflito coparental: o conflito aberto e o conflito coberto (Buehler et al.1998; Feinberg, 2003; Figueiredo & Lamela, 2014; Margolin et al., 2001; McHale, 1997). O primeiro é caracterizado pela expressão de raiva, frustração, negatividade, hostilidade e comportamentos agressivos e o segundo é marcado pela manifestação da crítica, culpa, depreciação, competição e tentativas de sabotagem entre a díade coparental (Figueiredo & Lamela, 2014). Contudo, a existência de conflito na relação coparental também varia em função do tipo de família, do género da criança ou do adolescente, do nível inicial de comportamento antissocial ou de todos estes fatores em simultâneo (Feinberg, 2007).

A cooperação, a segunda dimensão refere-se ao apoio, valorização e respeito enquanto pais, refletindo o sentido de partilha das responsabilidades parentais e a garantia de que o outro está física e emocionalmente disponível para a criança (Margolin et al., 2001).

A triangulação, a terceira dimensão diz respeito à definição dos limites da relação pais-filho, com o intuito de formar coligações com a criança, para enfraquecer ou excluir o outro pai. Este processo transporta as crianças para o conflito dos pais, fazendo com se

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

sintam "no meio", de modo a que um pai encoraje a criança a não obedecer ao outro ou que envie mensagens para o outro através desta, ao invés de o fazer diretamente (Margolin et al., 2001).

Feinberg (2003) apresenta o Modelo Contextual Ecológico, no qual distingue quatro dimensões inter-relacionais que configuram o modelo coparental: 1) acordo na educação dos filhos (valores morais, necessidades emocionais da criança, prioridades e padrões educacionais); 2) divisão do trabalho (de deveres, tarefas e responsabilidades relacionadas com rotinas diárias, cuidado infantil e tarefas domésticas); 3) suporte *vs.* sabotagem (afirmação, respeito, apoio às decisões e à autoridade parental *vs.* criticismo, menosprezo e culpa); 4) e gestão conjunta das dinâmicas familiares (de conflitos, coligações e equilíbrios). Van Egeren e Hawkins (2004) complementam este modelo, propondo a existência de outras quatro dimensões da coparentalidade, sendo estas: 1) a coparentalidade solidária, marcada pela afetividade entre as duas figuras parentais e a coesão da equipa coparental; 2) o apoio coparental, caracterizado por estratégias e ações que fortalecem os esforços do outro para beneficiar a criança; 3) a coparentalidade destrutiva, que, ao contrário da anterior, utiliza estratégias e ações para sabotar a parentalidade do outro através de criticismo; 4) e a parentalidade compartilhada, na qual os pais se preocupam em dividir de forma equilibrada o grau de responsabilidades e de colocação de limites.

A coparentalidade é um fator significativo no desenvolvimento dos filhos, tanto na infância como na adolescência (Figueiredo & Lamela, 2014; Mosmann et al., 2018), pelo que podemos identificar aspetos da coparentalidade que funcionam como fatores de risco ou fatores protetores para o desenvolvimento de sintomas psicológicos nos filhos. Mosmann et al. (2018) verificaram que baixo acordo coparental, divisão de trabalho coparental e suporte coparental constituem fatores de risco para o desenvolvimento de psicopatologia nos filhos.

A literatura mostra-nos que existem variáveis dos subsistemas conjugal, parental e coparental que funcionam como protetoras para o desenvolvimento saudável dos filhos no sistema familiar (Mosmann et al., 2018), podendo a coparentalidade funcionar como um sistema que potencia a valorização do funcionamento familiar e dos resultados da criança (Feinberg & Kan, 2008). Assim, o desenvolvimento de competências de resolução de conflitos entre os pais funciona como um fator protetor dos filhos, na medida em que

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

promove as capacidades de suporte e divisão do trabalho coparental, o que se irá refletir positivamente no ambiente familiar e, consequentemente, na saúde mental do subsistema filial (Mosmann et al., 2018).

Uma relação coparental sólida também irá promover uma base de apoio interparental que favorece o ajustamento parental (baixos níveis de *stress* e depressão e elevada autoeficácia) e a sensibilidade e atenção parental, com um impacto positivo na segurança emocional da criança e no seu ajustamento (Camisasca et al., 2019). A aliança coparental mostra-se relevante para promover as competências sociais da criança, a sua autorregulação e inibição comportamental, a vinculação e a prevenção de comportamentos internalizantes e externalizantes.

Estudos (Margolin et al., 2001; McHale, 1995) indicam que as dimensões da coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) são influenciados pela idade e género da criança, bem como pelo género dos pais. Os autores verificaram que existe uma relação entre a triangulação e o género dos pais e da criança, sendo que níveis mais elevados de triangulação estão associados a mães e filhos rapazes. Segundo os pais, as mães têm tendência a envolver os filhos rapazes nos conflitos parentais, apresentando um maior risco de estarem expostos aos conflitos e às disputas relativas à sua educação, em comparação com as raparigas (Margolin et al., 2001; McHale, 1995).

Por outro lado, Feinberg (2007) afirma que o efeito de *spillover* do subsistema coparental para o parental-filial é mais forte com raparigas do que com rapazes. O conceito de *Spillover* (em português "contaminação"), foi introduzido por Erel & Burman (1995) e refere-se a efeitos do conflito conjugal que transbordam para a parentalidade, configurando-se como um fator de risco ou proteção para a criança, uma vez que influenciam positiva ou negativamente o desenvolvimento desta.

Também a perceção que os jovens adultos têm da comunicação coparental funciona como um fator de risco que explica a associação entre conflito interparental e bem-estar emocional (Margolin et al., 2001). Ou seja, a perceção de uma comunicação coparental antagónica reflete índices de hostilidade entre os pais, que poderão sentir dificuldades em priorizar o bem-estar da criança (Shimkowski & Schrodt, 2012). Geralmente, esta consegue perceber a situação, podendo levantar questões acerca do poder da aliança coparental e, consequentemente, ameaçar a sua segurança emocional – o que a acompanhará até à fase adulta (Shimkowski & Schrodt, 2012).

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

A ocorrência de divórcio não significa a dissolução da família, no entanto, exige a sua reorganização estrutural e processual (Silva, 2013). Após o divórcio, a parentalidade geralmente é o único campo no qual os pais mantêm uma relação (Margolin et al., 2001), sendo comum observarem-se níveis mais elevados de conflito conjugal, negatividade parental (Feinberg, 2007), triangulação, sabotagem coparental (Schrodt & Afifi, 2007) e hostilidade coparental, bem como menores níveis de cooperação coparental (Gasper et al., 2008).

No entanto, ao contrário do que defendem alguns autores (Shimkowski & Schrodt, 2012), não é o divórcio em si o causador direto de problemas de ajustamento psicológico nos filhos, mas antes o nível de conflito interparental e coparental após esta transição familiar (Silva, 2013). Nestes casos, são preditores de uma boa relação coparental a guarda compartilhada e baixos níveis de hostilidade e conflito entre os pais (Grzybowski & Wagner, 2010), bem como um menor número de filhos e a idade destes (Margolin et al., 2001). Também se têm demonstrado como fatores protetores da coparentalidade em famílias divorciadas o respeito, o envolvimento, a comunicação e a cooperação (Gasper et al., 2008).

A literatura existente acerca da relação entre coparentalidade e funcionamento psicológico em filhos de pais divorciados é muito reduzida quando comparada com filhos de pais casados (Silva, 2013). Contudo, Shimkowski & Schrodt (2012) desenvolveram um estudo com jovens adultos de famílias nucleares intactas e divorciadas, e os resultados indicam que, independentemente da existência ou não de divórcio, quando as crianças presenciam conflitos e uma comunicação coparental antagónica, a sua saúde mental será prejudicada. Assim, o estabelecimento deste padrão comunicacional disfuncional contribui para o mal-estar psicológico e emocional dos jovens adultos, na medida em que coloca em perspetiva o poder da aliança coparental, prejudicando a segurança emocional do indivíduo (Shimkowski & Schrodt, 2012). Uma possível explicação para estes resultados são os comportamentos conflituosos presentes no subsistema conjugal, que através do efeito de *spillover* irão contaminar a relação coparental, provocando conflitos coparentais (Shimkowski & Schrodt, 2012). A ausência de comunicação coparental cooperativa e a intensificação da comunicação coparental antagónica irão, provavelmente, aumentar os níveis de stress nos jovens adultos, debilitando a sua saúde mental (Shimkowski & Schrodt, 2012). Pelo contrário, quando os pais conseguiram

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

manter o mínimo conflito e priorizar o bem-estar dos filhos, os jovens adultos mostraram-se mais bem ajustados psicologicamente (Gasper et al., 2008).

Conclui-se que existe uma relação entre a qualidade da coparentalidade e o ajustamento psicológico, não só das crianças e adolescentes, mas também dos jovens adultos (Shimkowski & Schrodt 2012; Silva, 2013). Macie & Stolberg (2003) verificaram que a perceção dos filhos acerca do comportamento coparental dos pais, mais especificamente nas dimensões do conflito, comunicação, triangulação e cooperação coparentais, predizia significativamente os seus sintomas de ansiedade e depressão.

A saúde mental e o comportamento dos filhos são influenciados positiva e negativamente por aspetos da coparentalidade (Mosmann et al., 2018), mais do que dificuldades ao nível da conjugalidade e parentalidade (Feinberg 2007; Machado & Mosmann, 2020). Nesse sentido, estudos (Kurrien & Vo, 2004; Kwon & James, 2013) demonstram que padrões positivos na relação coparental estão correlacionados positivamente com a autorregulação infantil, competências relacionais com os pares e bons rendimentos académicos. Pelo contrário, relações coparentais pontuadas por padrões conflituosos estão associadas ao desenvolvimento de sintomas externalizantes e internalizantes (McHale, 1997; Souza et al. 2016), pois em ambientes conflituosos as crianças tentam preservar a sua segurança emocional (Machado & Mosmann, 2020).

Shimkowski & Schrodt (2012) desenvolveram um estudo onde verificaram que os jovens adultos com pais divorciados relataram índices mais elevados de comunicação coparental antagónica e menores níveis de apoio coparental, bem como um bem-estar emocional mais pobre, quando comparados com filhos de pais casados. Também Schrodt & Afifi (2007) investigaram que os jovens adultos com pais divorciados apresentam valores significativamente mais elevados de triangulação e sabotagem coparental do que os jovens adultos com pais casados. Isto poderá significar que após o divórcio, as relações de coparentalidade são pontuadas por mais conflito do que antes deste acontecimento, pelo que será importante analisar e comparar a perceção que ambos os jovens têm acerca deste tópico.

Problemas na relação pai/mãe-filho poderão ser mais relevantes durante a adolescência e adultez emergente do que na infância, uma vez que é nesta altura que se inicia o processo de individuação, no qual os jovens procuram desenvolver uma noção autónoma de segurança e estabilidade individual (Gasper et al., 2008). Para tal, durante

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

esta transição, os jovens adultos devem chegar a um acordo com a sua família de origem, pelo que os efeitos negativos provenientes do conflito coparental durante esta fase de transição pode ser particularmente importante (Carter & McGoldrick, 1988). Consequentemente, existe um potencial para o conflito com a família de origem perturbar a sua capacidade de negociar estas tarefas desenvolvimentais, com potenciais implicações negativas para o funcionamento dos jovens adultos (Gasper et al., 2008).

O crescente interesse na literatura pelo conceito da coparentalidade poderá estar associado às mudanças nas configurações familiares, tornando fundamental o desenvolvimento de instrumentos que avaliam este tema (Souza et al., 2016). Uma revisão sistemática da literatura acerca da coparentalidade (Souza et al., 2016), constatou que existem 21 instrumentos que avaliam esta temática, sendo que todos eles apenas consideram a perceção dos pais. Deste modo, estão apresentados na Tabela 1 todos os instrumentos que pretendem avaliar a coparentalidade.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 1

Instrumentos que avaliam a coparentalidade

Número	Nome	Autor(es)	Ano
1	*Marriage Opinion Scale* (MS)	Huston, McHale e Crouter	1986
2	*Family Experiences Questionnaire (FEQ)*	Frank, Jacobson e Avery	1988
3	*Child Rearing Issues: Self and Spouse Scale* (CRI-SSS)	Hetherington e Clingempell	1992
4	*Parentl Alliance Inventory* (PAI)	Abidin e Brunner	1995
5	*Who Does What* (WDW)	Cowan e Cowan	1996
6	*Coparenting Behavior Scale* (CBS)	Cowan e Cowan	1996
7	Protocolo de Observação de Comportamento Coparental (OBS)	Cowan e Cowan	1996
8	*Coparenting Scale* (CS)	McHale	1997
9	*Parenting Alliance Measurement* (PAM)	Abidin e Konold	1999
10	*Parenting Alliance Coparenting Questionnaire* (CQ)	Margolin, Gordis e John	2001
11	*Coparent Relationship Items* (CRI)	Dumka, Prost e Barrera	2002
12	*Coparenting and Family Rating System* (CFRS)	McHale, Kuersten-Hogan e Lauretti	2003
13	*Early Childhood Longitudinal Study, Birth Cohor* (ECLS-BC)	National Center for Education Statistics	2005
14	*Supportive Coparenting Scale* (SCS)	Carlson, McLanahan e Brooks-Gunn	2008
15	*Coparenting Inventory for Parents and Adolescents* (CI-PA)	Teubert e Pinquart	2010
16	*Intergeracional Coparenting Incarceration Rating System* (ICIRS)	Baker, McHale, Strozier e Cecil	2010
17	*Coparenting Practice Scale* (SCS)	Linares, Rhodes e Montalto	2010
18	*Diabetics Coparenting Questionnaire* (DCQ)	Barzel e Reid	2011
19	*Coparenting Coding System* (CCS)	Fagan e Cabrera	2012
20	*Coparenting Relationship Measure* (CRM)	Feinberg, Brown e Kan	2012
21	*Coparent Conflict Question* (CCQ)	Fagan e Cabrera	2012

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Os instrumentos apresentados focam, sobretudo, em dimensões como a cooperação, apoio e aliança coparental, conflito, triangulação, divisão de tarefas e responsabilidades relacionadas com os filhos, perceção dos pais sobre a educação dos filhos e práticas parentais, interação coparental, dinâmicas familiares e satisfação conjugal. Segundo os autores (Souza et al., 2016), os instrumentos mais utilizados são o CFRS, o OBS, o PAI e o CQ. Pedro et al. (2012), Feinberg (2003) e Mchale & Lindahl (2011) também mencionam o CQ, o PAI e o CS como medidas populares da coparentalidade, uma vez que revelam uma robustez em medir a aliança e a relação coparental, sendo amplamente validados em contextos de investigação.

Lamela et al. (2010a) reforçaram que, nos estudos realizados sobre coparentalidade, o CQ, desenvolvido por Margolin et al. (2001), é bastante utilizado para avaliar esta temática, justificando-o com o facto de ser uma medida de fácil manuseio, análise e aplicação. Para além disso, esta é uma escala direcionada unicamente para a avaliação da coparentalidade, ao contrário dos outros instrumentos, que avaliam processos coparentais em conjunto com processos familiares.

Estudar a perceção dos filhos da coparentalidade revela-se fundamental para compreender a forma como as dinâmicas coparentais impactam o desenvolvimento emocional e o bem-estar psicológico das crianças. Pesquisas (Altenburger et al., 2018; Lamela & Figueiredo, 2016) mostram que o modo como as crianças interpretam e sentem a relação entre os pais afeta diretamente o seu ajustamento comportamental e desenvolvimento social, bem como a sua noção de segurança. Além disso, compreender a visão dos filhos acerca da coparentalidade poderá auxiliar na identificação de fatores de risco e proteção para o seu desenvolvimento, permitindo intervenções mais eficazes que fortaleçam a dinâmica familiar com base nas necessidades e experiências percebidas pelos próprios filhos.

Considerando a relevância do papel da coparentalidade nas dinâmicas familiares, e após se comprovar a carência de instrumentos que permitem aceder à perspetiva dos filhos acerca da coparentalidade, o objetivo do presente estudo é apresentar uma versão do Questionário da Coparentalidade (Margolin et al., 2001) para filhos, numa amostra de jovens adultos. Esta versão denomina-se "Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF)" e pretende avaliar a coparentalidade na perceção dos filhos.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Metodologia

Objetivos do Estudo

O principal objetivo deste estudo passa por desenvolver e validar uma versão para filhos do Questionário da Coparentalidade. Serão analisadas as perceções dos filhos relativamente à coparentalidade exercida pelos pais (casados e divorciados).

Objetivos:

1. Desenvolver e validar o Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF);
2. Analisar as perceções de coparentalidade dos filhos em função de variáveis sociodemográficas individuais (sexo, idade, habilitações literárias, situação profissional e situação relacional) e familiares (rendimento médio mensal líquido do agregado familiar atual, tipologia familiar, número de irmãos, pais casados um com o outro, relação parental, tempo de divórcio dos pais, tipo de divórcio dos pais e se vive com os pais).

Participantes

Participaram neste estudo 187 sujeitos de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos (M = 24; DP = 3,06), sendo 107 (57,2%) do sexo feminino e 80 (42,8%) do sexo masculino. Verificou-se que 93 (49,7%) participantes possuem uma licenciatura e 79 (42,2%) são estudantes. Quarenta e oito sujeitos (25,7%) residem no distrito de Santarém e 42 (22,5%) no distrito de Lisboa. Quanto à situação relacional, 87 indivíduos (46,5%) indicam estar numa relação/ namoro e 82 (43,9%) estão solteiros. Estas características sociodemográficas dos dados individuais dos participantes da amostra encontram-se especificadas na Tabela 2.

Tabela 2

Caracterização sociodemográfica dos participantes (N = 187)

		n	*%*
Sexo	Feminino	**107**	57,2
	Masculino	80	42,8
Idade	18-24	**122**	65,2
	25-30	65	34,8
Habilitações Literárias	Ensino Secundário (até ao 12º ano)	71	38
	Licenciatura	**93**	49,7
	Mestrado	23	12,3
Situação Profissional Atual	Estudante	**79**	42,2
	Trabalhador (a) - Estudante	27	14,4
	Trabalhado(a) por conta de outrem	65	34,8
	Trabalhado(a) por conta própria	7	3,7
	Desempregado(a)	8	4,3
	Sem ocupação	1	0,5
Distrito de Residência	Aveiro	12	6,4
	Braga	9	4,8
	Castelo Branco	4	2,1
	Coimbra	25	13,4
	Évora	1	0,5
	Faro	1	0,5
	Leiria	16	8,6
	Lisboa	42	22,5
	Portalegre	7	3,7
	Porto	14	7,5
	Santarém	**48**	25,7
	Setúbal	4	2,1
	Vila Real	2	1,1
	Viseu	2	1,1
Situação Relacional	Solteiro(a)	82	43,9
	Numa relação/ Namoro	**87**	46,5
	Casado(a)	4	2,1
	Em União Estável/ de Facto	14	7,5

Nota: n = nº de sujeitos da amostra, *%* = percentagem

Tal como se pode verificar na Tabela 3, quanto ao rendimento médio mensal líquido do agregado familiar atual, 67 participantes (35,8%) referem ter rendimentos entre

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

1000€ a 2000€ e 53 (28,3%) entre 2000€ a 3000€. Relativamente aos dados familiares, 68 indivíduos (36,4%) estão inseridos numa família nuclear intacta. A grande maioria constitui uma fratria, sendo que 112 participantes (59,9%) possuem um(a) irmão(ã) e 44 (23,5%) têm dois ou mais. Relativamente à existência de divórcio, 127 indivíduos (67,9%) indicam que os pais estão casados um com o outro e 55 (29,4%) têm pais divorciados. Cinquenta e cinco (29,4%) participantes consideram que os pais mantêm uma boa relação parental. Quanto ao estado civil atual dos pais (divorciados um do outro), observa-se que 15 participantes (8%) indicam que tanto o pai como a mãe se encontram numa relação, sendo que 13 (7%) indicam que o pai é solteiro e 16 (8,6%) que a mãe é solteira. Catorze indivíduos (7,5%) indicam que o tempo de divórcio dos pais se encontra entre 10 a 15 anos e a grande maioria (29 participantes – 15,4%) relata um divórcio por mútuo consentimento.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 3

Caracterização familiar dos participantes (N = 187)

		n	*%*
Rendimento Médio Mensal Líquido do Agregado Familiar Atual	Até 500€	9	4,8
	Entre 500€ e 1000€	31	16,6
	Entre 1000€ e 2000€	**67**	35,8
	Entre 2000€ e 3000€	53	28,3
	Mais de 3000€	27	14,4
Tipologia Familiar	Família Nuclear Intacta	**68**	36,4
	Família Nuclear Intacta do(a) Próprio(a)	6	3,2
	Família Reconstituída	9	4,8
	Família Monoparental	28	15
	Família Nuclear Alargada	20	10,7
	Fratria	6	3,2
	Casal	23	12,3
	Agregado Unipessoal	14	7,5
	Não se aplica	13	7,0
Número de Irmãos	0	31	16,6
	1	**112**	59,9
	2 ou mais	44	23,5
Pais Casados Um Com o Outro	Sim	**127**	67,9
	Não	55	29,4
	Não se aplica	5	2,7
Caracterização da Relação Parental entre os Pais	Muito boa	44	23,5
	Boa	**55**	29,4
	Razoável	28	15,0
	Conflituosa	24	12,8
	Distante	11	5,09
	Não se relacionam	20	10,7
	Não sei	2	1,1
Tipo de Divórcio dos Pais (n = 56)	Mútuo consentimento	**29**	15,5
	Litigioso	12	6,4
	Não sei	13	7,0

Nota: n = nº de sujeitos da amostra, *%* = percentagem

Conforme se observa na Tabela 4, 174 participantes (93%) indicam como figuras parentais o pai e a mãe.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 4

Identificação das figuras parentais dos participantes (N = 187)

Figuras Parentais	*n*	%
Pai e Mãe	**174**	93,0
Pai e Madrasta	1	0,5
Mãe e Padrasto	6	3,2
Avô e Avó	3	1,6
Pai e Avô	1	0,5
Mãe e Avó	1	0,5
Mãe e Tia	1	0,5

Nota: n = nº de sujeitos da amostra, *%* = percentagem

Procedimentos

O presente estudo apresenta uma metodologia quantitativa, de natureza transversal. Os participantes foram recrutados por bola de neve, tendo o processo de recolha de dados decorrido num formato *online*, através da plataforma *Google Forms*, entre abril de 2024 e junho de 2024. A divulgação do estudo foi feita nas redes sociais (nomeadamente no *Facebook*, *Instagram* e *Reddit*), através da partilha de um *link* que permitia o acesso ao protocolo de investigação. Como critérios de inclusão, definiu-se ter idade compreendida entre os 18 e os 30 anos (inclusive), ter nacionalidade portuguesa e ter tido duas figuras parentais. Os critérios de exclusão englobavam indivíduos com idade inferior a 18 anos ou superior a 30 anos, ter outra nacionalidade que não a portuguesa e não ter duas figuras parentais.

Este estudo foi aprovado pela Comissão de Ética do Instituto Superior Miguel Torga, cumprindo as normas éticas da Declaração de Helsínquia e da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Todos os participantes preencheram um consentimento informado, com um esclarecimento acerca do carácter voluntário e anónimo da participação, bem como da confidencialidade dos dados.

Inicialmente, optou-se por desenvolver uma versão para jovens adultos, sendo o objetivo posterior elaborar uma versão para filhos com menos de 18 anos. Para tal, solicitou-se a autorização para o desenvolvimento e validação de uma versão para filhos do QC às autoras da versão portuguesa deste instrumento, tendo sido utilizada a versão portuguesa e a versão original para esta adaptação. Deste modo, procedeu-se à retroversão

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

e tradução da escala original, realizada por 3 pessoas bilingues. De seguida, procedeu-se à adaptação da escala, que envolveu a substituição do início de cada frase de "O/A meu/minha cônjuge/companheiro(a)…" para "Os meus pais…", bem como a alteração do tempo verbal do presente para o passado, uma vez que se reporta à infância e adolescência dos participantes. Esta adaptação contou com a colaboração de 5 peritos da área da Psicologia que analisaram os itens de forma independente, tendo posteriormente sido discutidos os desacordos e construída a versão final através de consenso. Posto isto, a versão para filhos da escala foi sujeita a um estudo piloto com 11 participantes, onde foi garantida a compreensão e clareza dos itens da escala. Numa fase final, efetuou-se a inversão dos itens 1, 2, 3, 4, 5 e 13.

Instrumentos

O protocolo da presente investigação é composto por três questionários de autorresposta: o Questionário Sociodemográfico e Familiar, o Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF) e o *EMBU* – Memórias de Infância.

Questionário dos Dados Sociodemográficos e Familiares

Constituído por um conjunto de questões referentes à caracterização sociodemográfica e à composição familiar, tendo sido recolhidas informações acerca do sexo, idade, orientação sexual, habilitações literárias, situação profissional, área de residência, rendimento médio mensal líquido do agregado familiar atual, situação relacional, composição do agregado familiar, idade dos pais e estado civil dos mesmos, relação parental estabelecida entre os pais e informações relativas ao divórcio dos pais (quando aplicável).

Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF)

Na sua versão original, este questionário contava com 27 itens, tendo mais tarde sido reduzido para 14 itens representativos da definição de coparentalidade de Margolin et al. (2001). Em 2015 foi validado para a população portuguesa por Pedro & Ribeiro (2015). Ambas as versões avaliam a perceção que os pais têm um do outro enquanto pais, pressupondo que os parceiros/ pais da criança preencham cada item com base numa escala tipo *Likert* de 5 pontos. Assim, os resultados do questionário refletem a perceção de coparentalidade que cada sujeito tem da equipa coparental que formam com o outro

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

progenitor (Pedro & Ribeiro, 2015). Cada um dos 14 itens foi agrupado numa das três dimensões da coparentalidade, sendo que 5 itens avaliam a Cooperação (itens de 1 a 5), 4 avaliam a Triangulação (itens de 6 a 9) e 5 avaliam o Conflito (itens de 10 a 14).

Os valores obtidos da consistência interna na versão original e na versão portuguesa do QC são semelhantes, como é possível observar na Tabela 5.

Tabela 5

Consistência Interna da versão original e da versão portuguesa do QC

Subescalas	***Coparenting Questionnaire***					**Questionário da Coparentalidade**	
	Amostra com crianças em idade escolar	**Amostra com crianças em idade pré-escolar**		**Amostra com adolescentes**		**Amostra com crianças e adolescentes**	
	Mães	Mães	Pais	Mães	Pais	Mães	Pais
Cooperação	0,80	0,72	0,69	0,73	0,77	0,88	0,83
Triangulação	0,73	0,80	0,84	0,74	0,80	0,85	0,77
Conflito	0,79	0,84	0,77	0,74	0,82	0,76	0,71

O QC-VF é composto por 14 itens que avaliam a perceção que os jovens adultos têm acerca da coparentalidade exercida pelos seus pais. Esta avaliação é feita com base numa escala tipo *Likert* de 5 pontos, em que as respostas oscilam entre (1) "Nunca", (2) "Raramente", (3) "Às vezes", (4) "Frequentemente" e (5) "Sempre". A escala está dividida em duas dimensões: Cooperação (itens de 1 a 5) e Triangulação e Conflito (itens de 6 a 14). Os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 13 são invertidos.

EMBU – Memórias de Infância

A versão portuguesa do EMBU - Eggna Minnen Beträffande Uppfostran (Perris, Jacobson, Lindstrom, Van Knorring, & Perris, 1980) designa-se EMBU – Memórias de Infância e foi desenvolvida por Canavarro (1996). Esta escala pretende medir a frequência de ocorrência de determinadas práticas educativas durante a infância e adolescência do indivíduo, em relação ao pai e à mãe separadamente (Canavarro, 1996). Para isso, conta

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

com 23 itens, que avaliam o pai e a mãe separadamente em cada um deles, e que se dividem em três dimensões: Suporte Emocional (7 itens - 2, 6, 9, 12, 14, 19 e 23), Rejeição (9 itens - 1, 4, 7, 10, 13, 15, 16, 21 e 22) e Sobreproteção (7 itens - 3, 5, 8, 11, 17, 18 e 20). O instrumento recorre a uma escala de tipo *Likert* de 4 pontos, que varia entre (1) "Não, nunca", (2) "Sim, ocasionalmente", (3) "Sim, frequentemente" e (4) "Sim, a maior parte do tempo".

Análise Estatística

A análise estatística e o tratamento dos dados recolhidos foram realizados através do programa informático *Statistical Package for the Social Sciences* (*IBM - SPSS Statistics*, versão 29.0 para *Windows*). Numa primeira fase foi elaborada a análise descritiva dos dados, na qual se calculou a média e o desvio-padrão, bem como a assimetria e curtose.

De seguida, foi conduzida uma Análise Fatorial Exploratória (AFE). A adequabilidade da amostra para a realização da AFE foi avaliada com base no rácio de sujeitos por item. O instrumento utilizado neste estudo continha 14 itens e a amostra era composta por 187 sujeitos, resultando num rácio de 13,36 sujeitos por item. De acordo com a literatura (Hair et al., 2014), o rácio obtido no presente estudo cumpre os requisitos para uma AFE válida, garantindo uma amostra suficientemente grande para a identificação de fatores subjacentes.

Foi avaliada a consistência interna da medida através do cálculo do alfa de Cronbach para o total da escala e para os fatores, tendo sido considerados valores superiores a 0,7 indicativos de uma boa consistência interna (Pestana & Gageiro, 2008). Também foram analisados os valores das correlações item-total, sendo considerados indicativos de boa discriminação quando superiores a 0,30 (Wilmut, 1975). No que diz respeito à fidelidade da escala, avaliou-se a estabilidade temporal através do Teste-Reteste, por meio de correlações de Pearson, numa subamostra de 29 sujeitos, que preencheram o questionário uma segunda vez após um intervalo de 2 semanas depois da primeira aplicação. De acordo com Litwin (1995), valores iguais ou superiores a 0,70 numa correlação de Pearson são considerados adequados para a fiabilidade Teste-Reteste.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Realizaram-se estudos de validade convergente do instrumento. Para esse efeito, foram correlacionadas as pontuações das subescalas do QC-VF e do EMBU – Memórias de Infância (Perris et al., 1980), por meio de uma correlação de Pearson. Os coeficientes foram interpretados de acordo com Cohen (1988): correlações pequenas ($r > \pm 0{,}10$), correlações médias ($r > \pm 0{,}30$) e correlações fortes ($r > \pm 0{,}50$).

Por fim, elegeu-se a utilização de testes de estatística paramétrica. Estes permitiram compreender quais as variáveis sociodemográficas que diferem em função das dimensões da coparentalidade, bem como para efetuar o cálculo do tamanho do efeito (d de Cohen (*d*) para *Testes T de Student* para Dados Independentes e eta quadrado (η^2) para *ANOVA One-Way*). Assim, após se verificar a normalidade e a homogeneidade das variâncias, recorreu-se ao *Teste T de Student* para Dados Independentes, para comparar as médias entre dois grupos independentes, e à *ANOVA One-Way*, para comparar as médias entre mais de dois grupos. Quando os testes da *ANOVA One-Way* apontaram diferenças estatisticamente significativas, realizaram-se testes *post-hoc*, que pretendem identificar quais grupos específicos apresentam essas diferenças, uma vez que a *ANOVA One-Way* apenas indica que existe uma diferença geral. Assim, foram executados dois tipos de teste *post-hoc*: o Teste de Tukey e o Teste de Games-Howell. Enquanto o primeiro se utiliza quando as variâncias são homogéneas, o segundo teste não requer a homogeneidade das variâncias, mostrando-se robusto em situações de variâncias desiguais.

Resultados

Análise dos Itens do QC-VF

Os resultados da análise descritiva dos itens do QC-VF encontram-se apresentados na Tabela 6. As médias dos itens variaram entre 1,71, no item 9 ("*Os meus pais enviavam mensagens por mim em vez de falarem diretamente um com o outro.*") e 2,99, no item 4 ("*Os meus pais perguntavam a opinião um do outro sobre assuntos relacionados com ser meu pai/ser minha mãe.*"), o que sugeriu respostas situadas em níveis moderados.

Quanto à assimetria, os valores variaram entre -0,03 e 1,43, o que indicou uma distribuição levemente assimétrica. A curtose apresentou valores entre -1,09 e 1,11, mostrando que a maioria das respostas seguiu uma distribuição normal.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Os resultados demonstraram, ainda, que todos os itens são relevantes para a dimensão da escala e que nenhum dos itens, se excluído, resultaria num aumento significativo do valor do alfa.

Tabela 6

Estatísticas descritivas dos itens do CQ-VF e consistência interna

Item	*α*	*M*	*DP*	Assimetria	Curtose	Correlação item-total corrigida	Alfa com item excluído
Cooperação	0,88	12,58	4,78				
Item 1		2,27	1,02	0,75	0,12	0,74	0,852
Item 2		2,42	1,14	0,59	- 0,49	0,81	0,832
Item 3		2,66	1,14	0,29	- 0,69	0,72	0,854
Item 4		2,99	1,27	0,03	- 1,09	0,67	0,867
Item 5		2,24	1,23	0,68	- 0,68	0,66	0,870
Conflito e Triangulação	0,87	18,43	7,09				
Item 6		2,44	1,16	0,27	- 1,02	0,65	0,856
Item 7		1,77	1,14	1,36	0,86	0,81	0,841
Item 8		1,75	1,13	1,43	1,07	0,77	0,846
Item 9		1,71	1,02	1,37	1,11	0,75	0,848
Item 10		1,96	1,19	1,01	0,01	0,49	0,872
Item 11		2,58	1,32	0,31	- 1,06	0,48	0,875
Item 12		2,02	0,93	0,45	- 0,81	0,50	0,869
Item 13		2,26	1,03	0,90	0,58	0,44	0,874
Item 14		1,94	1,09	1,00	0,16	0,67	0,855
Total	0,90	31,01	10,48				

Nota: α = alfa de Cronbach; M = Média; DP = Desvio Padrão

Análise Fatorial

De modo a estudar a estrutura fatorial adequada, recorreu-se a uma análise fatorial exploratória (AFE). O índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO = 0,889) e o teste de Esfericidade de Bartlett (χ^2 (91) = 1518,95 e $p < 0,001$) sustentaram a realização de uma

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

análise fatorial, uma vez que os dados se mostraram adequados e indicaram correlações significativas entre as variáveis.

Inicialmente, os resultados apontaram para uma solução de três fatores, conforme se observa na Tabela 7. Foi seguido o critério de Kaiser, o qual sugere a retenção de fatores com *eigenvalue* maior que 1. Os *eigenvalues* dos três primeiros fatores foram significativamente superiores a 1, com o Fator 1 a explicar 45,02% da variância, o Fator 2 14,04% e o Fator 3 7,21%. Após o terceiro fator, os *eigenvalues* diminuíram para valores menores que 1, indicando que os fatores subsequentes explicavam pouca variância adicional. Com base neste critério, é sugerida uma solução de 3 fatores.

Os resultados obtidos nas dimensões "Cooperação" e "Triangulação" apontaram para cargas fatoriais fortes, no entanto a dimensão "Conflito" apresentou uma sobreposição de fatores nos itens 12 ("*Os meus pais discutiam por minha causa.*") e 13 ("*Os meus pais concordavam com as decisões disciplinares um do outro relativas a mim.*"). Assim, o item 12 apresentou cargas fatoriais de 0,528 no Fator 1 e 0,398 no Fator 3 e o item 13 exibiu cargas fatoriais de 0,429 no Fator 1 e 0,366 no Fator 2 (não constando no Fator 3, no qual é originalmente oriundo). Tais resultados sugeriram que estes itens não se associavam de forma exclusiva a um único fator. Ou seja, o item 12 estava duplamente relacionado com as dimensões Triangulação e Conflito e o item 13 estava associado às dimensões Cooperação e Triangulação.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 7

Matriz de Componente Rotativa

Itens	Fatores		
	1	**2**	**3**
Item 1		,870	
Item 2		,882	
Item 3		,697	
Item 4		,775	
Item 5		,680	
Item 6	,792		
Item 7	,877		
Item 8	,846		
Item 9	,745		
Item 10			,749
Item 11			,825
Item 12	,528		,398
Item 13	,429	,366	
Item 14	,703		

O *Scree Plot* (Figura 1) mostrou um ponto de inflexão entre o segundo e o terceiro componente. Após o segundo componente, a inclinação da linha tornou-se menos acentuada, estabilizando-se de forma plana, o que sugeriu que os primeiros dois componentes explicavam a grande maioria da variância dos dados. Ou seja, a partir do terceiro componente, os valores apresentados aparentaram não ser suficientemente significativos para explicarem o construto da medida. Assim, a análise do *Scree Plot* apoiou uma solução de dois fatores.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

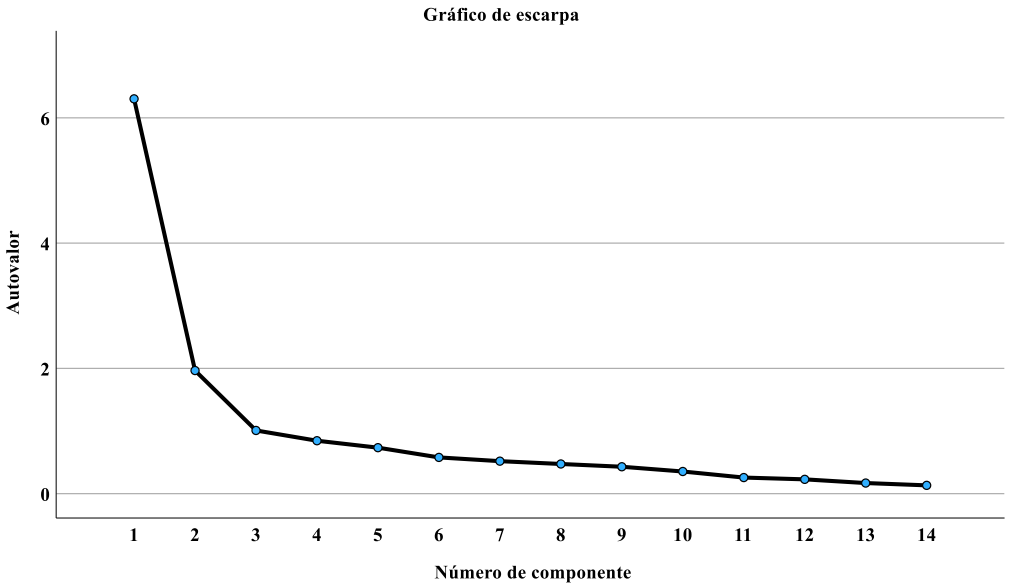


Figura 1

Com base em dados teóricos e empíricos, concluiu-se que o mais apropriado seria dividir a escala em duas dimensões: Conflito e Triangulação (Fator 1) e Cooperação (Fator 2), apesar de não ir totalmente de encontro à estrutura do instrumento original.

Assim, de seguida, na AFE, a extração foi forçada a dois fatores, como se pode observar na Tabela 8. As cargas fatoriais foram, na sua maioria, fortes, com exceção dos itens 11 (carga fatorial de 0,512) e 13 (carga fatorial de 0,413). Posto isto, os resultados apontaram para a existência de um Fator 1 com 9 itens (item 6 a 14) e um Fator 2 com 5 itens (item 1 a 5).

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 8

Matriz de Componente Rotativa

Itens	Fatores	
	1	2
Item 1		,872
Item 2		,889
Item 3		,705
Item 4		,779
Item 5		,693
Item 6	,753	
Item 7	,877	
Item 8	,816	
Item 9	,794	
Item 10	,508	
Item 11	,512	
Item 12	,646	
Item 13	,413	
Item 14	,718	

Fidelidade

Os valores obtidos no cálculo do alfa de Cronbach (Tabela 6) da dimensão Cooperação (α = 0,88) e da dimensão Conflito e Triangulação (α = 0,87) indicaram que ambas as subescalas possuíam uma boa consistência interna. O total da escala apresentou um valor de α = 0,90, o que também sustentou uma boa consistência interna do instrumento como um todo.

Quanto à fidelidade Teste-Reteste, o coeficiente da correlação de Pearson foi de r = 0,92 para a dimensão Cooperação e, também, r = 0,92 para a subescala Conflito e Triangulação. Para o total da escala, obteve-se um r = 0,96.

Validade Convergente

Tal como se pode observar na Tabela 10, foram encontradas correlações estatisticamente significativas entre o QC-VF e o EMBU – Memórias de Infância. Verificaram-se correlações positivas fortes entre a Cooperação e o Suporte Emocional do

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

pai (r = 0,62; p < 0,001) e o Conflito e a Triangulação e a Rejeição do pai (r = 0,65; p < 0,001), bem como uma correlação negativa forte entre o Conflito e Triangulação e o Suporte Emocional do pai (r = - 0,56; p < 0,001). A correlação entre a Cooperação e a Sobreproteção não se revelou estatisticamente significativa (pai – r = 0,08; p = 0,276; mãe – r = 0,09; p = 0,212), sendo fraca entre o Conflito e Triangulação e a Sobreproteção (pai – r = 0,24; p < 0,001; mãe – r = 0,20; p = 0,007). Assim, os resultados indicaram que níveis mais elevados de Cooperação estavam associados a um maior Suporte Emocional e à diminuição da Rejeição, enquanto altos índices de Conflito e Triangulação se relacionaram com níveis reduzidos de Suporte Emocional e com o aumento da Rejeição. Não se verificou uma relação clara entre Sobreproteção e Cooperação, nem entre Sobreproteção e Conflito e Triangulação.

Tabela 10

Correlações entre os resultados do QC – VF e do EMBU – Memórias de Infância

QC – VF	**EMBU – Memórias de Infância**					
	Suporte Emocional		**Rejeição**		**Sobreproteção**	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Cooperação	0,62**	0,30**	- 0,43**	- 0,15	0,08	0,09
Conflito e Triangulação	- 0,56**	- 0,37**	0,65**	0,47**	0,24**	0,20**

Nota: **p < 0,01

Análise da Perceção de Coparentalidade

A Tabela 11 apresenta diferenças estatisticamente significativas entre os sexos feminino (M = 19,60; DP = 7,34) e masculino (M = 16,80; DP = 6,47) na dimensão da coparentalidade Conflito e Triangulação (t = 2,70; p = 0,008), tendo-se verificado uma nas mulheres uma maior perceção de Conflito e Triangulação.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 11

Variáveis sociodemográficas individuais relativas à perceção de Coparentalidade

Variáveis		**Coparentalidade**			
		Cooperação		Conflito e Triangulação	
	Total	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Sexo	N = 187				
Feminino	n = 107	16,93	4,70	19,60	7,34
Masculino	n = 80	18,06	4,84	16,80	6,47
t		-1,60		2,70	
p - value		0,111		0,008**	
d		0,24		0,40	

Nota: M = Média; *DP* = Desvio Padrão; *t* = *T de Student*; *d* = d de Cohen; * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Relativamente às variáveis idade, habilitações literárias, situação profissional e situação relacional, não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos nas dimensões da coparentalidade (ver Apêndice A – Tabela 13).

Conforme se verifica na Tabela 12, existem diferenças estatisticamente significativas entre sujeitos que têm os pais casados ou divorciados e as dimensões da coparentalidade. Os participantes com pais casados (M = 19,00; DP = 3,83) percecionaram maiores níveis de Cooperação (t = 6,64; $p < 0,001$) e os que têm pais divorciados (M = 22,67; DP = 7,42) apresentaram níveis mais elevados de Conflito e Triangulação (t = - 5,52; $p < 0,001$). Também se encontraram diferenças estatisticamente significativas entre as diferentes tipologias familiares na perceção da Cooperação (F = 4,37; p = 0,002). O teste *post-hoc* de Tukey revelou perceções mais elevadas de Cooperação em sujeitos que vivem em famílias nucleares intactas (M = 18,75; DP = 4,28), quando comparados com os que vivem em famílias monoparentais (M = 15,39; DP = 5,38; p = 0,013) e em famílias reconstituídas (M = 14,00; DP = 4,44; p = 0,034). Relativamente à perceção de Conflito e Triangulação (F = 5,78; $p < 0,001$), os dados do teste *post-hoc* de Games-Howell indicaram valores mais elevados em famílias reconstituídas (M = 27,78; DP = 6,59) quando comparadas com famílias nucleares intactas (M = 16,99; DP = 5,77; p = 0,006), famílias monoparentais (M = 19,64; DP = 7,62; p = 0,048) e famílias nucleares alargadas (M = 17,50; DP = 7,36; p = 0,012).

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Ainda na Tabela 12, considerando a qualidade da relação coparental avaliada pelos filhos, observaram-se diferenças estatisticamente significativas nas duas dimensões Cooperação (F = 39,49; p < 0,001) e Conflito e Triangulação (F = 25,90; p < 0,001). O teste *post-hoc* de Games-Howell revelou que os participantes que definem a relação parental como muito boa (M = 20,70; DP = 3,59) e boa (M = 19,67; DP = 2,50), percecionaram níveis mais elevados de Cooperação comparativamente aos que percecionaram a relação parental como razoável a conflituosa (M = 15,23; DP = 4,08; p < 0,001 para ambas as comparações) e distante ou quando não se relacionam (M = 13,11; DP = 4,90; p < 0,001 para ambas as comparações). Do mesmo modo, no Conflito e Triangulação observaram-se diferenças estatisticamente significativas, tendo em conta a perceção da qualidade da relação parental (F = 25,90; p < 0,001). O teste *post-hoc* de Games-Howell evidenciou níveis superiores de Conflito e Triangulação em relações parentais razoáveis a conflituosas (M = 21,63; DP = 6,56) e em relações parentais distantes ou quando não há relação (M = 23,58; DP = 8,50), em comparação com relações parentais muito boas (M = 14,14; DP = 4,22; p < 0,001 para ambas as comparações) e boas (M = 15,45; DP = 4,46; p < 0,001 para ambas as comparações).

A perceção de Conflito e Triangulação pareceu variar em função do tipo de divórcio estabelecido entre os pais (F = 7,06; p = 0,002) (Tabela 12). Após a análise do teste *post-hoc* de Tukey, verificou-se que os participantes cujos pais se divorciaram litigiosamente (M = 28,17; DP = 7,48) relataram níveis mais elevados de Conflito e Triangulação do que aqueles em que os pais se divorciaram por mútuo consentimento (M = 19,90; DP = 6,63; p = 0,002). Quando se compararam os participantes que vivem com os pais com os que não vivem, observaram-se diferenças estatisticamente significativas, sendo que aqueles que vivem com os pais (M = 18,83; DP = 4,21) apresentaram níveis mais elevados de Cooperação (t = 3,54; p < 0,001) e aqueles que não vivem (M = 19,60; DP = 7,70), mostraram ter uma maior perceção de Conflito e Triangulação (t = - 2,95; p = 0,004).

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 12

Variáveis sociodemográficas familiares relativas à perceção de Coparentalidade

Variáveis		**Coparentalidade**			
		Cooperação		Conflito e Triangulação	
	Total	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Pais estão casados?	N = 182				
Sim	n = 127	19,00	3,83	16,46	5,84
Não	n = 55	14,04	4,94	22,67	7,42
t		6,64		-5,52	
p - value		** < 0,001		** < 0,001	
d		3,12		0,93	
Tipologia Familiar	N = 148				
Família Nuclear Intacta	n = 68	18,75	4,28	16,99	5,77
Família Monoparental	n = 28	15,39	5,38	19,64	7,62
Família Reconstituída	n = 9	14,00	4,44	27,78	6,59
Família Nuclear Alargada	n = 20	17,45	4,44	17,50	7,36
Casal	n = 23	16,17	4,78	20,48	8,07
F		4,37		5,78	
p -value		**0,002		** < 0,001	
η^2		0,11		0,14	
Relação Parental	N = 187				
Muito boa	n = 44	20,70	3,59	14,14	4,22
Boa	n = 55	19,67	2,50	15,45	4,46
Razoável a Conflituosa	n = 52	15,23	4,08	21,63	6,56
Distante ou Não se relacionam	n = 36	13,11	4,90	23,58	8,50
F		39,49		25,90	
Sig. (p)		** < 0,001		** < 0,001	
η^2		0,39		0,30	

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Tabela 12 (continuação)

Variáveis		**Coparentalidade**			
		Cooperação		Conflito e Triangulação	
	Total	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Tipo de Divórcio dos pais	N = 54				
Mútuo consentimento	n = 29	15,10	4,92	19,90	6,63
Litigioso	n = 12	12,33	4,64	28,17	7,48
Não sei	n = 13	12,69	5,56	25,00	6,5
F		1,79		7,06	
p - value		0,177		**0,002	
η^2		0,07		0,22	
Vive com os pais	N = 187				
Sim	n = 76	18,83	4,21	16,71	5,72
Não	n = 111	16,45	4,93	19,60	7,70
t		3,54		-2,95	
p - value		** < 0,001		**0,004	
d		0,52		0,43	

Nota: M = Média; *DP* = Desvio Padrão; *t = T de Student*; *d* = d de Cohen; *F = ANOVA*; η^2 = eta quadrado (soma dos quadrados entre grupos/ soma total dos quadrados); * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Nas variáveis rendimento médio mensal líquido do agregado familiar atual, número de irmãos e tempo de divórcio dos pais, não se observaram diferenças estatisticamente significativas relativamente à perceção de coparentalidade (ver Apêndice B – Tabela 14).

Discussão

O presente estudo teve como objetivo primordial desenvolver e validar o Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos, com filhos jovens adultos. Os resultados obtidos permitem concluir que:

1. A análise fatorial exploratória da escala – originalmente composta por três dimensões – apresenta duas dimensões: 1. Cooperação e 2. Conflito e

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Triangulação. As cargas fatoriais são, maioritariamente, fortes. De um ponto de vista da qualidade psicométrica, esta medida revela uma boa consistência interna, estabilidade temporal e validade convergente com o EMBU – Memórias de Infância.

2. Observam-se diferenças na perceção de coparentalidade entre filhos de pais casados e filhos de pais divorciados, estando os primeiros associados a níveis mais elevados de cooperação e os últimos a maior conflito e triangulação. O tipo de divórcio parece influenciar a perceção de coparentalidade, sendo que nos divórcios litigiosos observa-se maior conflito e triangulação do que o divórcio por mútuo consentimento.
3. Observam-se maiores níveis de cooperação nas famílias nucleares intactas, e de conflito e triangulação em famílias reconstituídas, sendo este resultado apoiado pelas diferentes perceções de coparentalidade entre filhos que vivem e filhos que não vivem com os pais.
4. Relativamente ao sexo, as filhas mulheres percecionam mais conflito e triangulação do que os filhos homens, não se verificando diferenças entre sexos na perceção de cooperação.
5. A cooperação relaciona-se positivamente com o suporte emocional, tal como o conflito e triangulação com a rejeição. A sobreproteção não está diretamente associada a interações cooperativas ou conflituosas entre os pais.

A análise fatorial exploratória apresenta uma escala composta por 14 itens, que estão subdivididos em 2 fatores, ao contrário do que foi definido pelos autores do instrumento original (Margolin et al., 2001) e da versão portuguesa (Pedro & Ribeiro, 2015). Relativamente às cargas fatoriais dos itens da escala, encontrámos valores maioritariamente fortes. A variância total explicada para os dois fatores foi de 59,06%, indicando uma boa retenção da informação. Os resultados obtidos suportam a fiabilidade das qualidades psicométricas da escala ao nível da consistência interna. Adicionalmente, verifica-se a estabilidade temporal da medida, pois observa-se uma correlação forte entre os resultados da primeira e da segunda aplicação do questionário. As associações encontradas entre os resultados do QC-VF e do EMBU – Memórias de Infância permitiram reunir evidência acerca da validade convergente da escala.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Os itens que apresentaram dúvidas foram o 12 ("*Os meus pais discutiam por minha causa.*") e o 13 ("*Os meus pais concordavam com as decisões disciplinares um do outro relativas a mim.*"). A análise dos mesmos permitiu concluir que, na perceção dos filhos o item 12 apresentava cargas forte e aceitável nas dimensões Triangulação e Conflito, respetivamente, e o item 13 mostrava cargas fatoriais moderada e aceitável nas dimensões Triangulação e Cooperação, respetivamente – originalmente, este último pertencia à dimensão Conflito. Assim, a opção foi agrupar as dimensões "Conflito" e "Triangulação". Posto isto, o instrumento apresenta cargas fatoriais fortes em todos os seus itens, com exceção do item 13 (0,413).

O primeiro fator encontrado foi o Conflito e Triangulação. Esta junção de fatores permite-nos refletir acerca da complexidade da relação entre conflito parental e triangulação. Apesar de fazer a distinção entre as duas, Margolin et al. (2001) percebem uma relação entre conflito e triangulação, uma vez que o conceito de triangulação passa por incluir a criança ou adolescente no conflito coparental. Muitos adolescentes reportam sentir-se "no meio" do conflito dos pais (Margolin et al., 2001), pois, geralmente, a existência de conflitos coparentais leva à triangulação dos filhos (Feinberg, 2003). Estes dados empíricos e os resultados obtidos no presente estudo podem sugerir que os filhos compreendem a coparentalidade de forma distinta dos pais. Ou seja, os filhos podem sentir dificuldades em distinguir o conflito da triangulação (Fosco & Grych, 2008). Tal poderá ser explicado pela normalização deste tipo de interações, devido à exposição prolongada ao conflito, o que pode comprometer a capacidade de os filhos perceberem que estão a ser manipulados para formarem coligações com um dos pais contra o outro (Davies & Cummings, 1998). Pelo contrário, os pais, devido à sua posição mais consciente dentro do sistema familiar, parecem conseguir distinguir as duas dimensões, identificando as estratégias de triangulação, quer como perpetradores, quer como vítimas (Kerig, 2005; Minuchin, 1985). Esta diferença nas perceções entre pais e filhos sublinha a complexidade das interações familiares e a forma distinta como elas são experienciadas pelos diferentes membros da família.

O segundo fator foi a Cooperação que, segundo Margolin et al. (2001), se refere ao apoio e respeito presente na relação entre os pais, bem como à partilha de responsabilidades parentais e disponibilidade física e emocional para a criança.

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Um dos resultados mais importantes deste estudo é a relação entre a existência de divórcio e a perceção mais conflituosa e triangulada da coparentalidade. Alguns autores (Shimkowski & Schrodt, 2012; Silva, 2013) defendem que não existe uma relação direta entre os dois, afirmando que o divórcio em si não é o causador de problemas de ajustamento psicológico nos filhos, mas sim o conflito interparental – comum após esta transição familiar. No entanto, os participantes deste estudo relatam níveis mais elevados de cooperação quando os pais são casados, e de conflito e triangulação quando ocorreu divórcio. Estes dados são suportados por vários estudos (Feinberg, 2007; Gasper et al., 2008; Schrodt & Afifi, 2007), nos quais os autores defendem que, associado ao divórcio, observam-se níveis mais elevados de conflito, triangulação, sabotagem e hostilidade coparental e cooperação coparental. Estes dados suportam a hipótese que, com o divórcio, algumas relações de coparentalidade são pontuadas por conflito e triangulação, comparativamente a famílias sem divórcio. Também o tipo de divórcio parece ser relevante na perceção de coparentalidade, estando o divórcio litigioso associado a mais conflito e triangulação do que o divórcio por mútuo consentimento. Este dado permite-nos refletir acerca da influência que o tipo de divórcio e a forma como se deu a separação têm na relação coparental no pós-divórcio. O divórcio litigioso relaciona-se, naturalmente, com o conflito conjugal, o que por sua vez contamina a coparentalidade e potencia o conflito (Grzybowski & Wagner, 2010).

Segundo Feinberg (2007), a existência de conflito na relação coparental varia em função do tipo de família. Os resultados deste estudo corroboram essa premissa, uma vez que se observou maior cooperação nas famílias nucleares intactas, em comparação com famílias monoparentais. Também se verificou maior conflito e triangulação em famílias reconstituídas, quando comparadas com famílias nucleares intactas, famílias monoparentais e famílias nucleares alargadas.

Famílias reconstituídas, em que pelo menos um dos pais traz filhos de uma relação anterior para a nova união, apresentam uma dinâmica especialmente complexa que pode aumentar o potencial dos conflitos coparentais. Essa complexidade surge, em parte, porque as famílias reconstituídas frequentemente envolvem múltiplos relacionamentos parentais e filiais. Nessas famílias, as crianças podem ter um pai ou uma mãe biológico/a que não reside no mesmo lar, além de irmãos biológicos e meio-irmãos, cada um com ligações afetivas e legais que exigem novos ajustes e coordenações entre os adultos responsáveis (Silva, 2013). Em comparação com famílias nucleares intactas, onde ambos

os pais biológicos compartilham o lar e as responsabilidades parentais, a estrutura diversificada das famílias reconstituídas cria necessidades adicionais e, frequentemente, exige estratégias de gestão de conflitos. Tal é reforçado pela observação de Margolin et al. (2001) de que, quando os pais vivem no mesmo lar, existem mais oportunidades de praticar a coparentalidade de forma eficaz. Também se poderá assumir que a manutenção de uma relação conjugal estável, no quadro das dinâmicas familiares, crie um contexto mais favorável à negociação e ajustes na coparentalidade.

Os filhos que vivem com os pais percecionam mais cooperação coparental e os filhos que não coabitam com estes relatam a existência de mais conflitos e triangulação na relação coparental. Aliados ao início da procura por individuação nesta fase da vida (Gasper et al., 2008), estes dados podem indicar que, a existência de conflitos e triangulação, potencia a necessidade de os jovens saírem da casa dos pais, para assim se distanciarem do ambiente conflituoso e desenvolverem a sua autonomia, segurança e estabilidade individual.

Relativamente às diferenças entre sexos na perceção de coparentalidade, Margolin et al. (2001) encontraram mais triangulação e conflito percecionado por filhos rapazes. No entanto, os resultados obtidos neste estudo demonstram que as filhas mulheres percecionaram mais conflito e triangulação do que os filhos homens, não se verificando diferenças entre os sexos e a perceção de cooperação. Os resultados obtidos apoiam a investigação de Feinberg (2007), que considera maiores níveis de triangulação nas raparigas.

As diferenças entre sexos na perceção de coparentalidade podem ser explicadas por vários fatores psicológicos e sociais que influenciam como rapazes e raparigas vivenciam e interpretam as dinâmicas familiares. Estudos sugerem que as raparigas tendem a ser mais sensíveis a conflitos interpessoais e à triangulação, possivelmente devido a uma socialização que valoriza a empatia e a atenção às emoções dos outros (Davies & Lindsay, 2004; Cummings & Davies, 2010). Essa sensibilidade pode levar as raparigas a envolverem-se mais emocionalmente nas tensões familiares, percebendo com mais intensidade os conflitos entre os pais.

Por outro lado, os rapazes podem, em alguns contextos, perceber menos presença de triangulação ou conflito coparental porque tendem a ser socializados para lidar com emoções de forma mais contida ou orientada para a ação, o que pode levar a uma

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

interpretação diferente das mesmas dinâmicas familiares (Grych & Fincham, 1990), tal como se verifica no estudo de Margolin et al. (2001).

Os resultados apresentados entre a correlação do QC-VF e do EMBU – Memórias de Infância encontram-se em conformidade com a literatura existente acerca da coparentalidade. Uma maior perceção de cooperação parental correlaciona-se com perceção de maior suporte emocional, sobretudo por parte do pai, sugerindo que os pais que cooperam entre si tendem a providenciar maior suporte emocional aos filhos (Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001), promovendo a criação de um ambiente familiar estável e emocionalmente seguro (McHale & Lindahl, 2011).

Por outro lado, a existência de conflito e triangulação está associada à perceção de rejeição (sobretudo por parte do pai), podendo hipotetizar-se sobre o impacto negativo do conflito coparental e a sua exposição aos filhos poderá ter implicações na perceção de rejeição da parte dos pais. A correlação negativa entre conflito e triangulação e perceção de suporte emocional do pai sublinham a dinâmica prejudicial em que altos níveis de conflito estão associados à diminuição do apoio emocional e ao impacto na saúde emocional dos filhos (Cox & Paley, 2003).

Diversos fatores ajudam a explicar estas diferenças nas dinâmicas da coparentalidade. Lamp (2010), por exemplo, reconhece o papel tradicional do pai como provedor e figura de autoridade, podendo levar a uma maior expetativa social sobre o seu envolvimento emocional e cooperação. Esse modelo pode criar uma dinâmica em que as ações do pai são mais observadas e valorizadas em comparação com as da mãe, uma vez que estas são, tipicamente, responsáveis pelo cuidado e apoio emocional. Phares e Compas (1992), argumentam que a ausência da figura paterna ou o conflito com esta pode ter consequências mais profundas no desenvolvimento emocional da criança, levando a um aumento da perceção de rejeição, uma vez que a figura paterna é frequentemente associada a normas de poder e controlo.

O'Connor e McCartney (2006) sugerem que as interações com o pai ou com a mãe podem ser percebidas de forma diferente. O suporte emocional do pai, quando oferecido, pode ser visto como mais significativo, em parte devido às expetativas sociais acerca do papel paternal. A falta de cooperação ou o aumento de conflito com o pai poderá ter um impacto mais profundo nas perceções da parentalidade e emocionais da criança. Amato (2000) reforça essa ideia, indicando que crianças expostas a conflitos parentais,

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

principalmente envolvendo a figura paterna, podem experienciar uma maior insegurança emocional e desenvolver sentimentos de rejeição. Essas crianças podem internalizar experiências negativas, influenciando a sua saúde emocional a longo prazo (Amato, 2000).

Curiosamente, este estudo encontrou uma correlação fraca ou inexistente entre as dimensões da coparentalidade e a sobreproteção dos pais face aos filhos. Estes dados sugerem que a sobreproteção parental não está associada ao modo como os pais interagem entre si, mas sim a fatores individuais relacionados com o estilo parental (Bögels & Brechman-Toussaint, 2006). A literatura destaca, também, que a sobreproteção poderá funcionar como um mecanismo de compensação, utilizado por pais com altos níveis de ansiedade, independentemente da qualidade da coparentalidade (Thomasgard & Metz, 1993).

Conclusão

O desenvolvimento e validação de uma escala que avalia a perceção de coparentalidade do ponto de vista dos filhos revela-se de grande importância por várias razões. A literatura existente sobre a coparentalidade tem-se concentrado predominantemente nas perceções dos pais, muitas vezes negligenciando a voz dos filhos, que são afetados diretamente por esta dinâmica familiar. Esta lacuna é significativa, pois a coparentalidade não é apenas uma questão de como os pais interagem entre si, mas também de como essas interações são percebidas e internalizadas pelos filhos. Os filhos são parte integrante do sistema familiar e as suas experiências e perceções podem influenciar profundamente o seu desenvolvimento emocional e psicológico.

A escassez de instrumentos que abordem de forma direta e sistemática a perceção de coparentalidade dos filhos limita a capacidade dos investigadores e profissionais da saúde mental compreenderem a complexidade das interações familiares. De um ponto de vista teórico, o desenvolvimento e validação de uma escala que avalie a perceção de coparentalidade dos filhos pode enriquecer a compreensão sobre o tema.

Os resultados deste estudo destacam várias implicações práticas no âmbito da perceção de coparentalidade a partir da perspetiva dos filhos. Em primeiro lugar, a identificação das dimensões que afetam diretamente a coparentalidade do ponto de vista

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

dos filhos poderá orientar os profissionais da área da intervenção familiar e escolar no desenvolvimento de abordagens focadas na diminuição do conflito e no fortalecimento da cooperação coparental. Sobretudo em contextos de divórcio, programas de promoção da coparentalidade podem ser cruciais para reduzir os níveis de conflito e triangulação, ao mesmo tempo que favorecem a cooperação e a qualidade da relação coparental e, por sua vez, contribuir para um ambiente familiar mais saudável para as crianças e adolescentes, minimizando os impactos negativos do divórcio e das complexidades que podem emergir das novas configurações familiares.

Dada a natureza exploratória deste estudo, optou-se por se realizar uma análise fatorial exploratória conduzida para o desenvolvimento e validação do instrumento, que demonstrou que a perceção de coparentalidade está dividida em duas dimensões: 1. Conflito e Triangulação e 2. Cooperação. Este estudo terá de prosseguir, necessariamente, para a adoção de procedimentos de análise que recorrem a estatísticas mais robustas, nomeadamente considerando os erros de medida. Neste sentido, antecipa-se a submissão destes dados a uma análise fatorial confirmatória para a verificação da adequação dos dados ao modelo teórico proposto no desenvolvimento e validação do QC-VF.

Outras limitações que devem ser tidas em consideração referem-se à amostra incluir um número reduzido de filhos que experienciaram o divórcio dos pais e que vivem em famílias reconstituídas, limitando a representatividade dos resultados.

Para investigações futuras, recomenda-se a ampliação da amostra, incluindo mais participantes em contexto de divórcio familiar e que constituam uma família reconstituída. Além disso, a aplicação da escala em crianças e adolescentes poderá proporcionar uma visão longitudinal sobre a perceção de coparentalidade ao longo do tempo. Um estudo comparativo entre a perceção da coparentalidade pelos pais e pelos filhos também seria relevante, permitindo uma análise mais profunda sobre como os diferentes membros da família experienciam e compreendem a coparentalidade. Igualmente importante seria explorar as interações entre coparentalidade e saúde mental dos filhos.

Em suma, este estudo oferece uma contribuição significativa para o conhecimento da coparentalidade, dado que os resultados apresentados mostram que a versão para filhos do QC, composto por 14 itens e duas dimensões, se mostra um instrumento adequado e uma medida útil para avaliar a perceção de coparentalidade dos filhos. A inclusão da

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

perspetiva dos filhos na avaliação da coparentalidade é um passo crucial para entender como as interações parentais afetam o desenvolvimento emocional e psicológico destes, promovendo intervenções mais eficazes e informadas. A investigação reforça ainda a necessidade de políticas de apoio parental e resolução de conflitos em famílias que passaram ou estão a passar por um processo de divórcio, evidenciando a importância de intervir precocemente para atenuar os potenciais efeitos negativos sobre os filhos.

Referências Bibliográficas

Abidin, R. R., & Brunner, J. F. (1995). Development of a parenting alliance inventory. *Journal of Clinical Child Psychology*, *24*(1), 31-40. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2401_4

Abidin, R. R., & Konold, T. (1999). *Parenting Alliance Measure: professional manual*. Psychological Assessment Resources.

Ahrons, C. R. (1981). The continuing coparental relationship between divorced spouses. The *American Jornal of Orthopsychiatric*, *51*(3), 415-428. https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1981.tb01390.x

Altenburger, L. E., Lang, S. N., Schoppe-Sullivan, S. J., Kamp Dush, C. M., & Johnson, S. (2018). Toddlers' perceptions of the coparenting relationship: Links with parental and child adjustment. *Journal of Family Psychology*, *32*(8), 1018–1028.

Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, *62*(4), 1269-1287. https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x

Baker, J., McHale, J., Strozier, A., & Cecil, D. (2010). Mother-grandmother coparenting relationships in families with incarcerated mothers: A pilot investigation. *Family Process*, *49*(2), 165-184. https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01316.x

Barzel, M., & Reid, G. J. (2011). A preliminary examination of the psychometric properties of the coparenting questionnaire and the diabetes-specific coparenting questionnaire in families of children with type I diabetes. *Journal of Pediatric Psychology*, *36*(5), 606-617. https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsq103

Blandon, A. Y., Scrimgeour, M. B., Stifter, C. A., & Buss, K. A. (2014). Within- and between-family differences in cooperative and competitive coparenting. *Journal of Family Psychology*, *28*(1), 106–111. https://doi.org/10.1037/a0035266

Bögels, S. M., Brechman-Toussaint, M. L. (2006). Family issues in child anxiety: Attachment, family functioning, parental rearing and beliefs. *Clinical Psychology Review*, *26*(7), 834–856. https://doi.org/10.1016/j.cpr.2005.08.001

Bornstein, M. H. (2002). Parenting infants. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting: Children and parenting* (2nd ed., Vol. 1, pp. 3–43). Lawrence Erlbaum Associates.

Buehler, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Anthony, C., Pemberton, S., Gerard, J., & Barber, B. K. (1998). Interparental conflict styles and youth problem behaviors: A two-sample replication study. *Journal of Marriage and Family*, *60*(1), 119–132. https://doi.org/10.2307/353446

Camisasca, E., Miragoli, S., Di Blasio, P., & Feinberg, M. (2019). Co-parenting mediates the influence of marital satisfaction on child adjustment: The conditional indirect effect by parental empathy. *Journal of Child and Family Studies*, *28*(1), 519–530. https://doi.org/10.1007/s10826-018-1271-5

Canavarro, M. (1996). A avaliação das práticas educativas através do EMBU: estudos psicométricos [The evaluation of educational practices through EMBU: psychometric studies]. *Psychologica*, *16*, 5–18.

Carlson, M. J., McLanahan, S. S., & Brooks-Gunn, J. (2008). Coparenting and nonresident father's involvement with young children after a nonmarital birth. *Demography*, *45*(2), 461-488. https://doi.org/10.1353/dem.0.0007

Carter, B., & McGoldrick, M. (1988). Overview: The changing family life cycle: A framework for family therapy. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.), *The changing family life cycle: A framework for family therapy* (2nd ed., pp. 3–28). Gardner Press.

Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.

Cowan, C. P., & Cowan, P. A. (1996). *When partners become parents: the big life change for couples.* Basic Books.

Cowan, C. P., Cowan, P. A., Heming, G., & Miller, N. B. (1991). Becoming a family: Marriage, parenting, and child development. In P. A. Cowan & E. M. Hetherington (Eds.), *Family transitions* (1st ed., pp. 79-109). Routledge.

Cox, M. J., & Paley, B. (2003). Understanding families as systems. *Current Directions in Psychological Science*, *12*(5), 193-196. https://doi.org/10.1111/1467-8721.01259

Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2010). *Marital conflict and children: An emotional security perspective*. Guilford Press.

Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1998). Exploring children's emotional security as a mediator of the link between marital relations and child adjustment. *Child Development*, *69*(1), 124–139. https://doi.org/10.2307/1132075

Davies, P. T., & Lindsay, L. L. (2004). Interparental conflict and adolescent adjustment: Why does gender moderate early adolescent vulnerability? *Journal of Family Psychology*, *18*(1), 160–170. https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.160

Dumka L. E., Prost, J., & Barrera, M. Jr. (2002). The parental relationship and adolescent conduct problems in mexican american and european american families. *Journal of Couple and Relationship Therapy*, *1*(4), 37-57. https://doi.org/10.1300/J398v01n04_02

Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, *118*(1), 108–132. https://doi.org/10.1037/0033-2909.118.1.108

Fagan, J., & Cabrera, N. (2012). Longitudinal and reciprocal associations between coparenting conflict and father engagement. *Journal of Family Psychology*, *26*(6), https://doi.org/10.1037/a0029998

Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, *3*(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01

Feinberg, M. E., & Kan, M. L. (2008). Establishing family foundations: Intervention effects on coparenting, parent/infant well-being, and parent-child

relations. *Journal of Family Psychology*, *22*(2), 253–263. https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.2.253

Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, *12*(1), 1–21. https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870

Feinberg, M. E., Brown, L. D., & Kan, M. L. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting: Science and Practice*, *12*(1), 1-21. https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870

Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Hetherington, E. M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, *69*(3), 687–702. https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x

Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção [Parenting and coparenting: Basic concepts and intervention programs]. https://www.researchgate.net/publication/313660311

Figueiredo, B., Costa, R. A., Marques, A., Pacheco, A. P., Pais, A. (2005). Envolvimento emocional inicial dos pais com o bebé [Parents' initial emotional involvement with the baby]. *Acta Pediátrica Portuguesa*, *36*(2/3), 121–131. https://hdl.handle.net/1822/4715

Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2007). Emotional expression in the family as a context for children's appraisals of interparental conflict. *Journal of Family Psychology*, *21*(2), 248–258. https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.2.248

Frank, S. J., Jacobson, S., & Avery, C. (1988). *The family experiences questionnaire* [Manuscrito não publicado]. Michigan State University.

Gasper, J. A. F., Stolberg, A. L., Macie, K. M., & Williams, L. J. (2008). Coparenting in intact and divorced families: Its impact on young adult adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, *49*(3-4), 272–290. https://doi.org/10.1080/10502550802231924

Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, *108*(2), 267–290. https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.2.267

Grzybowski, L., & Wagner, A. (2010). Casa do pai, casa da mãe: A coparentalidade após o divórcio [Father's home, mother's home: Co-parenting after divorce]. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *26*(1), 77–87. https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000100010

Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2014). *Multivariate Data Analysis* (7th ed.). Pearson.

Huston, T. L., McHale, S. M., & Crouter, A. C. (1986). When the honeymoon's over: Changes in the marital relationship during the first year. In R. Gilmour & S. Duck (Eds.), *The emerging field of personal relationships* (1st ed., pp. 109-132). Routledge.

Kerig, P. K. (2005). Triangles in the family circle: Effects of family structure on marriage, parenting, and child adjustment. *Journal of Family Psychology*, 19(1), 39-48. https://doi.org/10.1037/0893-3200.9.1.28

Kurrien, R., & Vo, E. D. (2004). Who's in charge?: Coparenting in south and southeast asian families. *Journal of Adult Development*, *11*(3), 207–219. https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035628.42529.e5

Kwon, K. A., Jeon, H. J., & Elicker, J. (2013). Links among coparenting quality, parental gentle guidance, and toddlers' social emotional competencies: Testing direct, mediational, and moderational models. *Journal of Family Studies*, *19*(1), 19–34. https://doi.org/10.5172/jfs.2013.19.1.19

Lamb, M. E. (2010). *The role of the father in child development* (5th ed). Wiley.

Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparenting after marital dissolution and children's mental health: A systematic review. *Journal of Pediatrics*, *92*(4), 331-342. https://doi.org/10.1016/j.jped.2015.09.011

Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010a). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação [Adjustment to divorce and co-parental relations: Contributions from the theory of attachment]. *Psicologia:*

Reflexão e Crítica, *23*(3), 562–574. https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300017

Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010b). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica [Theoretical models of coparenting relations: Critical review]. *Psicologia em Estudo*, *15*(1), 205–216. https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022

Linares, L. O., Rhodes, J., & Montalto, D. (2010). Percetions of coparenting in foster care. *Family Process*, *49*(4), 530-542. https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01338.x

Litwin, M. S. (1995). *How to measure survey reliability and validity*. Sage Publications.

Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2020). Coparental conflict and triangulation, emotion regulation, and externalizing problems in adolescents: Direct and indirect relationships. *Developmental Psychology*, *30*. https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x

Macie, K., & Stolberg, A. (2003). Assessing parenting after divorce: The co-parenting behavior questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage*, *39*(1–2), 89–107. https://doi.org/10.1300/J087v39n01_06

Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, *15*(1), 3–21. https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3

McHale, J. P. (1995). Coparenting and triadic interactions during infancy: The roles of marital distress and child gender. *Developmental Psychology*, *31*(6), 985–996. https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985

McHale, J. P. (1997). Overt and covert coparenting process in the family. *Family Process, 36*(2), 183-201. https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x

McHale, J. P. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, *36*(2), 183–201. https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x

McHale, J. P., & Lindahl, K. M. (2011). Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems. *American Psychological Association*. https://doi.org/10.1037/12328-000

McHale, J. P., Kuersten-Hogan, R., & Lauretti, A. (2003). Evaluating coparenting and family level dynamics during infancy and early childhood: The coparenting and family rating system. In P. K. Kerig & K. M. Lindahl (Eds.), *Family Observational Coding Systems: Resources for Systemic Research* (1st ed., pp. 151-170). Erlbaum.

Minuchin, P. (1985). Families and individual development: Provocations from the field of family therapy. *Child Development*, *56*(2), 289–302. https://doi.org/10.2307/1129720

Mosmann, C., Costa, C., Silva, A., & Luz, S. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade [Children with clinical psychological symptoms: The discriminating role of conjugality, coparenting and parenting]. *Trends in Psychology*, *26*(1), 429–442. https://doi.org/10.9788/TP2018.1-17Pt

O'Connor, T. G., & McCartney, K. (2006). The role of fathering in child development: A review of the literature. *Family Relations*, *55*(4), 485-496. https://doi.org/10.1177/002076407902500406

Pedro, M. F. & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade [Portuguese adaptation of the coparenting questionnaire: Confirmatory factor analysis, validity and reliability studies]. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. *28*(1), 116–125. https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113

Perris, C., Jacobsson, L., Lindstrom, H., von Knorring, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, *61*(4), 265–274. https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1980.tb00581.x

Pestana, M. H., & Gageiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (5th ed). Edições Sílabo.

Phares, V., & Compas, B. E. (1992). The role of fathers in child and adolescent psychopathology: Make room for daddy. *Psychological Bulletin, 111*(3), 387–412. https://doi.org/10.1037/0033-2909.111.3.387

Riina, E. M., & McHale, S. M. (2012). The trajectory of coparenting satisfaction in african american families: The impact of sociocultural stressors and supports. *Journal of Family Psychology*, *26*(6), 896–905. https://doi.org/10.1037/a0030055

Schrodt, P., & Afifi, T. (2007). Communication processes that predict young adults' feelings of being caught and their associations with mental health and family satisfaction. *Communication Monographs*, *74*(2), 200–228. https://doi.org/10.1080/03637750701390085

Shimkowski, J. R., & Schrodt, P. (2012). Coparental communication as a mediator of interparental conflict and young adult children's mental well-being. *Communication Monographs*, *79*(1), 48–71. https://doi.org/10.1080/03637751.2011.646492

Silva, D. (2013). Divórcio e funcionamento psicológico em adultos e crianças (Doctoral dissertation). Universidade do Minho, Braga.

Souza, P., Ramos, M., Pontes, F., & Silva, S. (2016). Coparentalidade: Um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos Da Clínica*, *21*(3), 700-720. https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p700-720

Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, *10*(4), 286–307. https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040

Thomasgard, M., & Metz, W. P. (1993). Parental overprotection revisited. *Child Psychiatry and Human Development*, *24*(2), 67–80. https://doi.org/10.1007/BF02367260

U.S. Department of Education, National Center for Education Statistics. (2010). *Teacher strategies to help fourth-graders having difficulty in reading: An international perspective (NCES 2010-009)*. Institute of Education Sciences.

Van Egeren, L. A., Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, *11*(3), 165–178. https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b

Wilmut, J. (1975). Objective test analysis: Some criteria for item selection. *Research in Education*, *13*(1), 27-56. https://doi.org/10.1177/003452377501300102

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Apêndice A

Tabela 13

Variáveis sociodemográficas individuais relativas à perceção de Coparentalidade que não apresentam diferenças estatisticamente significativas

Variáveis		Coparentalidade			
		Cooperação		Conflito e Triangulação	
	Total	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Idade	N = 187				
18-24	n = 122	17,60	4,60	18,66	7,02
25-30	n = 65	17,08	5,12	18,00	7,25
t		0,71		0,60	
p - value		0,479		0,548	
d		0,11		2,59	
Habilitações Literárias	N = 187				
Ensino Secundário (12º ano)	n = 71	17,04	4,96	18,23	6,96
Ensino Superior (Licenciatura/ Mestrado)	n = 116	17,65	4,68	18,55	7,20
t		-0,84		-0,31	
p - value		0,403		0,761	
d		0,13		0,05	
Situação Profissional	N = 178				
Estudante	n = 79	17,34	5,07	18,49	6,69
Trabalhador(a)	n = 27	17,19	4,62	19,00	8,42
Trabalhador(a)-Estudante	n = 72	17,35	4,73	18,32	7,32
F		0,01		0,09	
p - value		0,988		0,917	
η^2		0,00		0,001	
Situação Relacional	N = 187				
Solteiro(a)	n = 82	17,66	4,92	18,80	6,96
Numa relação/ Namoro	n = 87	17,47	4,88	17,85	6,98
Casado(a)/ Em União de Facto	n = 18	16,06	3,49	19,50	8,33
F		0,84		0,61	
p - value		0,434		0,546	
η^2		0,009		0,01	

Nota: M = Média; *DP* = Desvio Padrão; *t = T de Student*; *d* = d de Cohen; *F = ANOVA*; η^2 = eta quadrado (soma dos quadrados entre grupos/ soma total dos quadrados); * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Apêndice B

Tabela 14

Variáveis sociodemográficas familiares relativas à perceção de Coparentalidade que não apresentam diferenças estatisticamente significativas

Variáveis		Coparentalidade			
		Cooperação		Conflito e Triangulação	
	Total	***M***	***DP***	***M***	***DP***
Rendimento Médio Mensal Líquido do Agregado Familiar Atual	N = 187				
Até 1000€	n = 40	17,50	5,32	18,70	7,10
Entre 1000€ e 2000€	n = 67	17,28	4,90	19,55	7,55
Mais de 2000€	n = 80	17,49	4,45	17,35	6,61
F		0,04		1,81	
p - value		0,960		0,166	
η^2		0,00		0,02	
Número de Irmãos	N = 187				
0	n = 31	18,35	3,46	17,97	6,27
1	n = 112	17,74	4,68	18,04	7,12
2 ou mais	n = 44	15,93	5,55	19,73	7,54
F		3,04		0,97	
p - value		0,050		0,382	
η^2		0,03		0,01	
Tempo de Divórcio dos pais	N = 51				
Até 10 anos	n = 21	14,90	4,17	23,76	6,62
Mais de 10 anos	n = 30	12,97	5,25	22,60	8,08
t		1,41		0,54	
p - value		0,165		0,590	
d		0,40		0,16	

Nota: M = Média; *DP* = Desvio Padrão; *t = T de Student*; *d* = d de Cohen; *F = ANOVA*; η^2 = eta quadrado (soma dos quadrados entre grupos/ soma total dos quadrados); * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com

Apêndice C

Tabela 15

Questionário da Coparentalidade – Versão para Filhos (QC-VF)

Em seguida, ser-lhe-ão colocadas algumas questões sobre os seus pais em relação a si.
Considere a forma como eles se comportam atualmente ou comportaram na sua infância e adolescência.
Leia cada questão cuidadosamente e assinale a opção que considera aplicar-se a si.

Os meus pais…	Nunca	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Sempre
1. Os meus pais contavam um ao outro muitas coisas acerca de mim.	1	2	3	4	5
2. Os meus pais colocavam-se a par, um ao outro, de tudo o que acontecia no meu dia a dia.	1	2	3	4	5
3. Os meus pais falavam-me muito bem um do outro.	1	2	3	4	5
4. Os meus pais perguntavam a opinião um do outro sobre assuntos relacionados com ser meu pai/ser minha mãe.	1	2	3	4	5
5. Os meus pais partilhavam a responsabilidade da minha disciplina.	1	2	3	4	5
6. Os meus pais diziam coisas cruéis acerca um do outro, ou que os magoavam, à minha frente.	1	2	3	4	5
7. Os meus pais usavam-me um contra o outro.	1	2	3	4	5
8. Os meus pais quando discutiam, tentavam manipular-me para que eu tomasse o partido de um deles.	1	2	3	4	5
9. Os meus pais enviavam mensagens por mim em vez de falarem diretamente um com o outro.	1	2	3	4	5
10. Os meus pais tinham regras diferentes no que diz respeito à minha alimentação, rotinas diárias, hora de deitar ou trabalhos de casa.	1	2	3	4	5
11. Os meus pais tinham níveis de exigência diferentes relativamente ao meu comportamento.	1	2	3	4	5
12. Os meus pais discutiam por minha causa.	1	2	3	4	5
13. Os meus pais concordavam com as decisões disciplinares um do outro relativas a mim.	1	2	3	4	5
14. Os meus pais enfraqueciam, pouco a pouco, as posições de pai/mãe um do outro.	1	2	3	4	5

Carolina Alves | carolina.i.alves@gmail.com